



**Gabriella Rossetti Ferreira
(Organizadora)**

Educação: Políticas, Estrutura e Organização 2

Atena
Editora

Ano 2019

Gabriella Rossetti Ferreira

(Organizadora)

**Educação: Políticas, Estrutura e
Organização
2**

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Lorena Prestes e Geraldo Alves

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

E24 Educação [recurso eletrônico] : políticas, estrutura e organização 2 / Organizadora Gabriella Rossetti Ferreira. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2019. – (Educação: Políticas, Estrutura e Organização; v. 2)

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7247-303-3

DOI 10.22533/at.ed.033190304

1. Abordagem interdisciplinar do conhecimento. 2. Currículo escolar – Brasil. 3. Educação – Pesquisa – Brasil. 4. Políticas educacionais. I. Ferreira, Gabriella Rossetti. II. Série.

CDD 370.1

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores.

2019

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

www.atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

A obra “Educação: Políticas, Estrutura e Organização – Parte II” traz capítulos com diversos estudos que se completam na tarefa de contribuir, de forma profícua, para o leque de temas que envolvem o campo da educação.

A educação é uma atividade que se expressa de formas distintas, envolvendo processos que tem consequências nos alunos, possui métodos que precisam ser compreendidos; envolve o que se pretende, o que se transmite, os efeitos obtidos, agentes e elementos que determinam a atividade e o conteúdo (forças sociais, instituição escolar, ambiente e clima pedagógico, professores, materiais e outros) (SACRISTÁN, 2007).

O conceito de educação é inseparável do ente subjetivo que lhe dão atributos diferenciados. A educação é algo plural que não se dá de uma única forma, nem provém de um único modelo; ela não acontece apenas na escola, e às vezes a escola nem sempre é o melhor lugar para que ela ocorra. A escola deve estar pronta para atender a diversidade cultural, conduzindo a aceitação e o respeito pelo outro e pela diferença, pois se valoriza a ideia de que existem maneiras diversas de se ensinar e conseqüentemente diferentes formas de organização na escola, onde seja levado em consideração a complexidade da criação de um currículo que atenda o desafio de incorporar extensivamente o conhecimento acumulado pela herança cultural sem perder a densidade do processo de construção do conhecimento em cada indivíduo singular.

A escolaridade faz parte da realidade social e é uma dimensão essencial para caracterizar o passado, o presente e o futuro das sociedades, dos povos, dos países, das culturas e dos indivíduos. É assim que a escolarização se constitui em um projeto humanizador que reflete a perspectiva do progresso dos seres humanos e da sociedade.

Em uma escola democrática não há barreiras educacionais, eliminam-se a formação de grupos com base na capacidade dos alunos, provas preconceituosas e outras iniciativas que tantas vezes impedem o acesso e permanências de todos na escola, proporcionando um ensino de qualidade para todos, sem exclusão.

Gabriella Rossetti Ferreira

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
A FORMAÇÃO INICIAL DO PROFESSOR DE HISTÓRIA PARA A EDUCAÇÃO BÁSICA: APONTAMENTO DA LITERATURA ESPECIALIZADA (2013-2018)	
Erita Evelin da Silva Silva Wilma de Nazaré Baía Coelho	
DOI 10.22533/at.ed.0331903041	
CAPÍTULO 2	12
A FORMAÇÃO NO ENSINO SUPERIOR PREPARA SEUS DISCENTES PARA SEREM BOM DOCENTES?	
Keila Núbia Barbosa Ibrahim Abdelkarem Arthur Ferreira da Costa Lins	
DOI 10.22533/at.ed.0331903042	
CAPÍTULO 3	24
A GESTÃO ESCOLAR CIRCUNSCRITA AO ÂMBITO DO CONSUMO DE DROGAS, SEUS EFEITOS NA EDUCAÇÃO DE ADULTOS NA BAHIA: ESTUDO DE CASO NO COLÉGIO ESTADUAL NOVA DE SUSSUARANA, HOJE COM O NOME DE COLÉGIO ESTADUAL DEPUTADO HERCULANO MENEZES	
Rosana Corrêa Paim	
DOI 10.22533/at.ed.0331903043	
CAPÍTULO 4	37
A HISTÓRIA DA MATEMÁTICA ABORDADA EM UMA COLEÇÃO DE LIVROS DIDÁTICOS	
André Fellipe Queiroz Araújo Franklin Fernando Ferreira Pachêco Andreza Santana da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.0331903044	
CAPÍTULO 5	49
A IMPLANTAÇÃO DO NÚCLEO DE TRABALHO, PESQUISA E PRÁTICAS SOCIAIS NA EEMTI MÁTIAS BECK – FORTALEZA/CE	
Roberta Kelly Santos Maia Pontes	
DOI 10.22533/at.ed.0331903045	
CAPÍTULO 6	60
A IMPLEMENTAÇÃO DA GESTÃO DEMOCRÁTICA NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO/SP, SOB O OLHAR DO SUPERVISOR DE ENSINO	
Eliani Cristina Moreira da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.0331903046	
CAPÍTULO 7	70
A IMPLEMENTAÇÃO DO BLOCO INICIAL DE ALFABETIZAÇÃO NAS ESCOLAS DA REDE PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL	
Rayssa dos Santos Oliveira Mesquita Monique Vieira Amorim Bandeira Otilia Maria Alves da Nóbrega Alberto Dantas	
DOI 10.22533/at.ed.0331903047	

CAPÍTULO 8	81
A IMPORTÂNCIA DA LEITURA ESCOLAR COMO CRESCIMENTO E FORMAÇÃO DE LEITORES CRÍTICOS DO ENSINO FUNDAMENTAL	
Nair Alves dos Santos Silva Rozineide Iraci Pereira da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.0331903048	
CAPÍTULO 9	91
A IMPORTÂNCIA DA PEDAGOGIA E SUA ATUAÇÃO NO CONTEXTO HOSPITALAR	
Jeffrey da Silva Caetano	
DOI 10.22533/at.ed.033190304	
CAPÍTULO 10	96
A IMPORTÂNCIA DE AULAS EXPERIMENTAIS NO APRENDIZADO DE QUÍMICA NO ENSINO MÉDIO	
Ana Paula Vieira de Camargos Rafael Eduardo Vansolini de Oliveira Mirian da Silva Costa Pereira	
DOI 10.22533/at.ed.03319030410	
CAPÍTULO 11	100
A IMPORTÂNCIA DO ESTUDO DO DESENVOLVIMENTO DA CRIANÇA DE 0 A 3 ANOS: IMPLICAÇÕES DA TEORIA HISTÓRICO CULTURAL E DA PEDAGOGIA HISTÓRICO CRÍTICA	
Natália Navarro Garcia Marta Silene Ferreira Barros	
DOI 10.22533/at.ed.03319030411	
CAPÍTULO 12	111
A IMPORTÂNCIA DO MINICURSO SOBRE PLANTAS MEDICINAIS NA FORMAÇÃO PROFISSIONAL	
Danielle Feijó de Moura Tamiris Alves Rocha Marllyn Marques da Silva Maurília Palmeira da Costa Maria das Graças Rodrigues da Silva Dayane de Melo Barros	
DOI 10.22533/at.ed.03319030412	
CAPÍTULO 13	116
A IMPORTÂNCIA DO TEMA ADOÇÃO NA FORMAÇÃO DOCENTE DO PROFESSOR: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA	
Vanessa Dantas Vieira Marcos Antonio Vieira da Silva Gilmara Lupion Moreno	
DOI 10.22533/at.ed.03319030413	
CAPÍTULO 14	123
A IMPORTÂNCIA DOS ENCONTROS FORMATIVOS PARA A REFLEXÃO DO PROFESSOR QUE LECIONA CIÊNCIAS NOS ANOS INICIAIS	
Letícia dos Santos Carvalho	
DOI 10.22533/at.ed.03319030414	

CAPÍTULO 15 135

A IMPORTÂNCIA EXPERIMENTAL DA DINÂMICA NEWTONIANA COMO OBJETO DE COMPREENSÃO DE FENÔMENOS NATURAIS DE NOSSO COTIDIANO

David Kelvin Galindo Gonçalves
José Celiano Cordeiro da Silva
Janduir Clécio Miranda de Carvalho
Hugo Elbeer Xavier Da Silva
Joaci Galindo

DOI 10.22533/at.ed.03319030415

CAPÍTULO 16 145

A INCLUSÃO DE ALUNOS SURDOS: ACESSO E PERMANÊNCIA NA UNIVERSIDADE

Francismara Janaina Cordeiro de Oliveira
Jéssica Maria Rosa da Cunha
Elizabeth Regina Streisky de Farias

DOI 10.22533/at.ed.03319030416

CAPÍTULO 17 158

A INCLUSÃO DE ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA NO TERCEIRO E QUARTO CICLOS DA EDUCAÇÃO BÁSICA LUDOVICENSE: UMA INVESTIGAÇÃO SOBRE AS PROPOSTAS E AÇÕES DESENVOLVIDAS PARA PROVER A FORMAÇÃO DO PROFESSOR

Diná Freire Cutrim

DOI 10.22533/at.ed.03319030417

CAPÍTULO 18 164

A INFLUÊNCIA DAS IMAGENS ANIMADAS NO ENSINO DE DISPOSITIVOS CONSTITUCIONAIS - UM MECANISMO PARA AUXILIAR NA COGNIÇÃO DO CÉREBRO

Bruno Oliveira Sodré Lima
Rebeca César Santos Gonçalves
Toni Alex Reis Borges

DOI 10.22533/at.ed.03319030418

CAPÍTULO 19 175

A INFORMÁTICA COMO ESTRATÉGIA DE MELHORIA NA QUALIDADE DO ENSINO DA MATEMÁTICA

Joyce Fernandes de Araújo
Cicefran Souza de Carvalho

DOI 10.22533/at.ed.03319030419

CAPÍTULO 20 187

A LEI 13.278/16 E A OBRIGATORIEDADE DA LINGUAGEM MUSICAL NA EDUCAÇÃO BÁSICA: PERCEPÇÕES DO PROFESSOR DE REFERÊNCIA

Vanessa Weber

DOI 10.22533/at.ed.03319030420

CAPÍTULO 21 198

A LIBERDADE DE EXPRESSÃO EM PAUTA NAS SIGNIFICAÇÕES DE ESTUDANTES: RELAÇÕES POSSÍVEIS ENTRE NOÇÕES SOCIAIS E PROCESSOS DE GENERALIZAÇÃO

Julise Franciele de Carvalho Freire
Francismara Neves de Oliveira
Tania Paula Peralta
Leandro Augusto dos Reis
Carlos Eduardo de Souza Gonçalves

DOI 10.22533/at.ed.03319030421

CAPÍTULO 22 212

A MATEMÁTICA E A ESCOLA ATUAL: UMA DISCUSSÃO SOBRE AS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS DE PROFESSORES NOS ANOS INICIAIS

Sarah Karolyne Vilarim Flôr da Silva
Severina Andrea Dantas de Farias

DOI 10.22533/at.ed.03319030422

CAPÍTULO 23 223

A METODOLOGIA ATIVA NO PROCESSO ENSINO-APRENDIZAGEM NAS SÉRIES INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL

Martuse Sousa Ramos Arão
Alene Mara França Sanches Silva
Isabela Araújo Lima
Vera Maria Dos Santos

DOI 10.22533/at.ed.03319030423

CAPÍTULO 24 231

A MÚSICA COMO MÉTODO DE ENSINO EM GEOGRAFIA

Michele Alves de Araujo
Carla Milena de Moura Laurentino
Rahyan de Carvalho Alves

DOI 10.22533/at.ed.03319030424

CAPÍTULO 25 243

A PERCEPÇÃO DOS ESTUDANTES DE PEDAGOGIA SOBRE O ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO

Gildene do Ouro Lopes Silva
Denise Andrade Moura de Oliveira

DOI 10.22533/at.ed.03319030425

CAPÍTULO 26 251

A PRESENÇA DA ARGUMENTAÇÃO EXPLICATIVA E DA ARGUMENTAÇÃO JUSTIFICATIVA NOS CONTEÚDOS DE 6º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL EM COLEÇÕES DE LIVROS DIDÁTICOS DO PNLD/2017

Claudiene dos Santos

DOI 10.22533/at.ed.03319030426

CAPÍTULO 27	261
A RÁDIO NA ESCOLA COMO RECURSO MIDIÁTICO DE INSERÇÃO DAS CRIANÇAS NOS PROCESSOS DE AUTORIA	
<ul style="list-style-type: none"> Bruna Meinheim Demis Miguel Stiller Jessica Dos Santos Müller Josiane Marcia Teixeira Jordelina Beatriz Anacleto Voos 	
DOI 10.22533/at.ed.03319030427	
CAPÍTULO 28	271
A REORGANIZAÇÃO DO PENSAMENTO NO ESTUDO DAS FUNÇÕES LOGARÍTMICAS ATRAVÉS DO GEOGEBRA	
<ul style="list-style-type: none"> Karine Socorro Pugas da Silva Marcus Túlio de Freitas Pinheiro 	
DOI 10.22533/at.ed.03319030428	
CAPÍTULO 29	280
A SIMULAÇÃO REALÍSTICA EM PARADA CARDIORRESPIRATÓRIA COMO ESTRATÉGIA EDUCACIONAL NO AMBIENTE HOSPITALAR: FORMANDO UM CUIDADO SEGURO	
<ul style="list-style-type: none"> Andreyana Javorski Rodrigues Maria Magaly Vidal Maia Priscyla Dayane das Chagas Lira Juliana Lemos Zaidan Elvira Santana Amorim da Silva 	
DOI 10.22533/at.ed.03319030429	
CAPÍTULO 30	289
A SOBREVIVÊNCIA NOS RESTOS DE ALIMENTOS: O LIXO QUE ALIMENTA	
<ul style="list-style-type: none"> Brenda Lorrany Rosa da Silva Martins Jarlandia Cristina Lira de Carvalho Mary Rose de Assis Moraes Couto 	
DOI 10.22533/at.ed.03319030430	
CAPÍTULO 31	298
A TRANSDISCIPLINARIDADE NA POÉTICA DO MOVIMENTO PARA ALÉM DO COTIDIANO ESCOLAR	
<ul style="list-style-type: none"> Ericka Guimarães Telles João Ricardo Aguiar da Silveira Denise Rocha Corrêa Lannes 	
DOI 10.22533/at.ed.03319030431	
SOBRE A ORGANIZADORA	304

A IMPLEMENTAÇÃO DO BLOCO INICIAL DE ALFABETIZAÇÃO NAS ESCOLAS DA REDE PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL

Rayssa dos Santos Oliveira Mesquita

Universidade de Brasília (UnB), Faculdade de Educação (FE)
Brasília-DF

Monique Vieira Amorim Bandeira

Universidade de Brasília (UnB), Faculdade de Educação (FE)
Brasília-DF

Otília Maria Alves da Nóbrega Alberto Dantas

Universidade de Brasília (UnB), Faculdade de Educação (FE)
Brasília-DF

RESUMO: O presente artigo tem como objetivo refletir sobre a implementação do Bloco Inicial de Alfabetização nas escolas da rede pública do Distrito Federal. Apresentamos uma breve trajetória desta implementação que resultou na substituição da seriação pela organização escolar em ciclos, nos três primeiros anos do Ensino Fundamental, principiada no ano de 2005 e consolidada em 2008. Discorreremos sobre os princípios teórico-metodológicos que norteiam o trabalho pedagógico nestas turmas e que estão previstos nos documentos oficiais da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal. Nestes documentos, encontramos uma pauta teórica que fortalece a aprendizagem significativa, tendo a ludicidade

como eixo integrador do Currículo e, a avaliação formativa, como um dos pilares da organização do trabalho pedagógico. Trazemos também como discussão, a importância da alfabetização como início do processo de escolarização da criança e, como esta deve orientar-se para a compreensão do funcionamento do Sistema de Escrita Alfabética como um sistema notacional, em intrínseca relação com o letramento científico. A metodologia empregada foi a pesquisa bibliográfica e a análise documental.

PALAVRAS-CHAVE: Bloco Inicial de Alfabetização. Ludicidade. Sistema de Escrita Alfabética. Letramento científico.

1 | INTRODUÇÃO

A educação é um direito de todos os cidadãos e papel do Estado, como está expressa na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBN) em seu artigo 22 “A educação básica tem por finalidades desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores.”. (BRASIL, 2017, p. 20).

Ainda de acordo com a LDBN, a Educação Básica é obrigatória e gratuita dos 4 aos 17 anos de idade da criança/adolescente, assegurando

neste período todos os seus direitos de aprendizagem e de sua formação cidadã. Este nível da educação é organizado em: Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio.

No ano de 2005, o Distrito Federal (DF) iniciou implantação na sua rede de ensino, da organização escolar em ciclos, principiando pela etapa da alfabetização. Deste modo, a Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEEDF) assumiu a proposta dos Ciclos de Aprendizagens, a qual nomeou de **Ciclos para as Aprendizagens**, reconfigurando os três anos referentes à alfabetização, denominando-o de **Bloco Inicial de Alfabetização (BIA)**.

O presente estudo tem como objetivo analisar o contexto de implementação do BIA nas escolas públicas do DF, trazendo para o debate o documento de referência dessa implementação intitulado **Diretrizes Pedagógicas do BIA** (DISTRITO FEDERAL, 2012). Pretendemos também discorrer sobre a importância da alfabetização no início da escolarização formal da criança, entendendo que nesta etapa é preciso primar pelo processo de ensino e aprendizagem de forma lúdica e significativa para a criança.

2 | METODOLOGIA DA PESQUISA

Para a produção deste trabalho fizemos a opção pela pesquisa bibliográfica, partindo dos estudos recentes realizados no curso de Pedagogia. A pesquisa bibliográfica também se justifica por permitir ao pesquisador conhecer e confrontar as diversas produções sobre os assuntos abordados, ampliando seus conhecimentos e trazendo-os à atualidade, sem deixar de refletir e analisar de forma crítica o passado. (DEMO, 1995).

A relevância da metodologia em questão se sustenta ao viabilizar que a temática abordada possa ser investigada de forma criteriosa e minuciosa, em variados meios de produção científica, possibilitando ao investigador elaborar um trabalho por ora sucinto, mas, consistente. Para Gil (2002), as ações para a realização da pesquisa devem ser pautadas no respeito pelo objeto, buscando a objetividade e a imparcialidade necessárias.

3 | RESULTADOS E DISCUSSÕES

Com o objetivo de compreender melhor os resultados obtidos na pesquisa, organizamos este trabalho em três partes: a primeira ressalta a importância da alfabetização no início da educação formal da criança. A segunda, esclarece a opção metodológica pela pesquisa bibliográfica e pela análise documental. e, a terceira parte, discorre sobre a implementação do Bloco Inicial de Alfabetização nas escolas da rede pública do Distrito Federal, a partir do ano de 2005.

4 | A ALFABETIZAÇÃO

A alfabetização é um processo muito complexo, pois, além de ser necessário o desenvolvimento de habilidades motoras e perceptivas, é essencial levar o estudante à reflexão sobre o funcionamento do Sistema de Escrita Alfabética (SEA) (MORAIS; LEITE, 2012). As autoras Carvalho, Santana e Brito (2012, p. 2) definem a alfabetização como:

A concepção de alfabetização tem sido ampliada no contexto educacional brasileiro. Ou seja, a vivência numa sociedade grafocêntrica, em que não basta simplesmente o indivíduo saber ler e escrever em um nível rudimentar, requer que o alfabetizando saiba ler e escrever tendo a consciência da utilidade da leitura e da escrita em sua vida cotidiana.

A alfabetização é aprendizagem da leitura e da escrita, um processo de construção de conceitos, buscando sempre atribuir significados para a criança como chave do processo escolar. Por isso, é importante para o professor alfabetizador desenvolver a alfabetização na perspectiva do letramento, propiciando o uso social da língua.

Segundo Morais e Leite (2012), a escola é o espaço-tempo formal da alfabetização, mas, é preciso considerar que a criança traz consigo conhecimentos prévios sobre o uso da língua uma vez que, sendo um ser social, ela está inserida em outros contextos como família, igreja, entre outros. É no cotidiano que a aprendizagem formal é posta em prática pelo aluno.

Até meados da década de 1980, as práticas de alfabetização eram exercidas sob a ótica dos métodos sintéticos, analíticos e analítico-sintéticos apoiando-se em concepções de leitura e escrita como decodificação e codificação, conforme explica Albuquerque (2012):

O aprendizado do código alfabético se dava por meio do ensino transmissivo das unidades da língua, seguindo uma progressão pré-determinada que ia das unidades mais fáceis para as mais difíceis. Partia-se do pressuposto de que todos os alunos iniciavam o processo sem conhecimento algum sobre a escrita e que cabia aos professores o ensino das letras, sílabas e palavras. Ao aluno, nessa concepção, cabia um papel passivo de “recebedor” de algo pronto: a língua. (ALBUQUERQUE, 2012, p. 7).

Nestas perspectivas as crianças começavam a aprender pela memorização das letras, dos fonemas e das sílabas para posteriormente ler palavras, frases e textos. Todos os alunos eram ensinados da mesma forma de acordo com a prescrição das cartilhas, seguidas à risca pelos professores.

A abordagem das cartilhas não correspondia às situações reais vivenciadas pelos alunos, trazendo “pseudotextos” com um privilégio do registro mecânico da grafia, desassociando o uso social da escrita e da leitura (SOARES, 2018). Destarte, os estudantes não eram atendidos em sua real necessidade escolar e o fracasso

começou a ser notado, resultando em quadros de repetência e de evasão escolar.

Em meados de 1985 surgiram críticas ao modelo tradicional de alfabetização, despontando teorias interacionistas e construtivistas que apresentavam novas práticas alfabetizadoras, enfatizando que o SEA não se tratava apenas de um código, mas, de um sistema notacional. Por meio desse entendimento, o aluno é levado a compreender como o SEA está estruturado e, assim como ressalta Albuquerque (2012), o processo de aquisição da leitura e da escrita se torna mais significativo.

De acordo com a autora, os estudos de Emília Ferreiro e Ana Teberosky foram imprescindíveis para a compreensão, por parte dos professores, de como a criança desenvolve o processo de alfabetização, ao associar que a escrita no papel é uma representação dos sons das partes das palavras. De acordo com Ferreiro e Teberosky (1999), a escrita pré-silábica é o ponto de partida, na qual não há correspondência grafofônica, e, pode-se encontrar o uso de garatujas, números e letras aleatórias. O próximo nível é a escrita silábica, onde uma letra corresponde a uma sílaba da palavra, apresentando ou não correspondência fonêmica. O terceiro nível é chamado de silábico-alfabético, na qual a escrita pode ser registrada ora com uma letra representando uma sílaba, ora com mais letras para representar os fonemas da sílaba. Por fim, o último nível da escrita é o alfabético, onde a criança demonstra uma compreensão do SEA, entendendo a relação de fonema-grafema. A **Figura 1** sistematiza o desenvolvimento de um estudante ao longo do ano letivo:

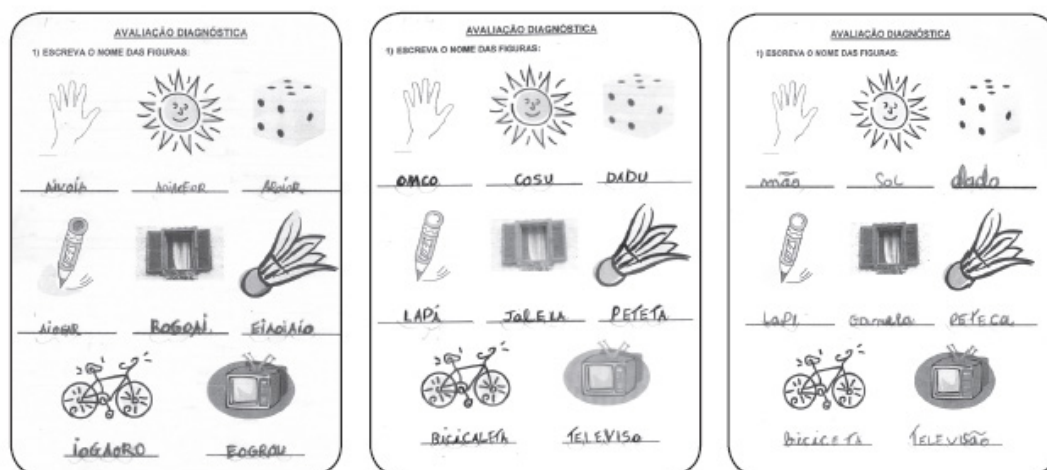


Figura 1 – Hipóteses de escrita

Fonte: Morais e Leite (2012, p. 16)

Dando a devida importância ao considerar as funções da escrita com atividades que tenham significado, o letramento surge para completar a alfabetização, como afirma Soares:

[...]alfabetizar e letrar são duas ações distintas, mas não inseparáveis, ao contrário: o ideal seria alfabetizar letrando, ou seja: ensinar a ler e escrever no contexto das práticas sociais da leitura e da escrita, de modo que o indivíduo se tornasse, ao mesmo tempo, alfabetizado e letrado. (SOARES, 1998, p. 47).

Porém, os resultados das avaliações de larga escala (SAEB, Provinha Brasil), continuaram a mostrar alunos com desempenho insatisfatório no que se refere à escrita. Vislumbrando superar essa realidade, a Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEEDF) implantou em 2005 o Bloco Inicial de Alfabetização (BIA) e adequou-se aos dispositivos legais que viriam ampliar a escolaridades mínima de 08 para 09 anos no Ensino Fundamental para todo o país, compreendendo o ciclo da alfabetização entre os seis e oitos anos de idade. (BRASIL, 2017).

Contudo, atualmente está em processo de implementação pelo Governo Federal a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), um documento que prevê objetivos de aprendizagens e desenvolvimento de todos os estudantes da Educação Básica, norteando os currículos das escolas. De acordo com a BNCC (BRASIL, 2017), a criança precisa estar alfabetizada até os sete anos de idade que corresponde ao segundo ano do Ensino Fundamental.

Este documento leva, em nosso entendimento, a um retrocesso na educação, pois, além de propor objetivos difíceis de serem alcançados por conta principalmente das precárias condições estruturais das escolas, propõe também uma homogeneização curricular, sem levar em consideração as diferenças regionais e culturais de um país continental como o Brasil.

A BNCC também não considera os tempos distintos de aprendizagem dos alunos, suas particularidades neste processo, insistindo num modelo único de ensino que sirva para todos os estudantes no país.

5 | O BIA E SEU HISTÓRICO DE IMPLEMENTAÇÃO NAS ESCOLAS DA REDE PÚBLICA DO DF

O BIA se apoia na concepção da avaliação formativa, em que, considerando os seus aspectos diagnóstico, processual, interventivo e, também os percursos diferenciados de aprendizagem, há adequações ao longo do processo de ensino, para que o objetivo principal – a consolidação da alfabetização, seja alcançado (DISTRITO FEDERAL, 2012). O olhar atento e observador do professor pode identificar as necessidades de cada estudante e, assim, as dificuldades próprias de cada fase da alfabetização podem ser trabalhadas e superadas. Nesta perspectiva metodológica não deve existir um padrão de avaliação e sim uma prática diversificada que contribua para potencializar as aprendizagens.

Algo que pode implicar na qualidade da educação, em especial na alfabetização, é a falta de apropriação dos professores de todo esse processo de ensino, muitas vezes por estarem engessados pelo sistema e por não compreenderem a proposta. Neste sentido, a formação continuada é de suma importância e entendida como “[...] um repensar permanente da prática pedagógica no contexto do cotidiano escolar, à luz

dos estudos e pesquisas.”. (DISTRITO FEDERAL. 2014c, p. 22).

A implementação do BIA nas escolas públicas do DF ocorreu de forma gradativa a partir de 2005, como esclarece Franco (2017):

As escolas vinculadas à Coordenação Regional de Ceilândia foram as primeiras e, nas demais cidades e unidades escolares, a ampliação ocorreu de forma gradativa. Em 2009, todo o Ensino Fundamental de 9 anos já estava implantado em todas as escolas da Rede Pública do DF. (FRANCO, 2017, p. 44)

O **Quadro 3** sistematiza esse movimento:

ANO DE IMPLANTAÇÃO	CIDADE
2005	Ceilândia
2006	Taguatinga
2007	Brazlândia, Guará, Samambaia
2008	Gama, Núcleo Bandeirante, Paranoá, Planaltina, Plano Piloto, Cruzeiro, Recanto das Emas, Santa Maria, São Sebastião e Sobradinho

Quadro 3 – Calendário de implementação do BIA pela SEEDF

Fonte: Distrito Federal (2014c, p. 12).

De acordo com os documentos que norteiam a política educacional do DF, com a implantação do BIA, a SEEDF adotou a organização escolar em Ciclos para as Aprendizagens e o regime de progressão continuada com retenção apenas ao final do Bloco – no 3º ano (DISTRITO FEDERAL, 2012, 2014c).

Com essa mudança os resultados positivos começaram a aparecer e, de 2005 a 2011 houve uma diminuição no percentual de reprovação dos estudantes de 15% nas 1º e 2º séries para 7,4% ao final do 3º ano, em comparação com o sistema seriado adotado antes da implantação dos Ciclos (FRANCO, 2017). O desempenho dos alunos na Provinha Brasil, no período de 2009 a 2012, também progrediu, e com esses avanços, a organização escolar em Ciclos para as Aprendizagens foi ampliada para os 4º e 5º anos, a partir de 2013 (DISTRITO FEDERAL, 2014c).

5.1 Os eixos integradores do trabalho pedagógico do BIA

Para orientar e subsidiar os professores no trabalho com o BIA, foi publicado o documento Diretrizes Pedagógicas do Bloco Inicial de Alfabetização (DISTRITO FEDERAL, 2012), conforme ilustra a **Figura 2**:

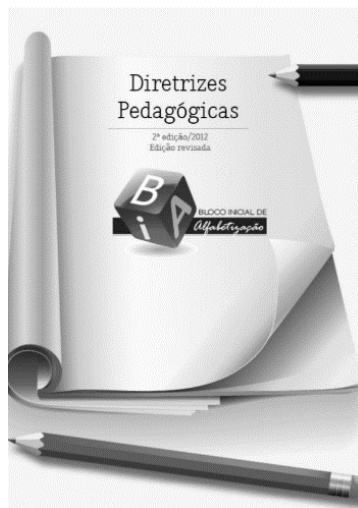


Figura 2 – Diretrizes Pedagógicas do Bloco Inicial de Alfabetização.

Fonte: Distrito Federal (2012)

Conforme o documento, o BIA apresenta uma proposta pedagógica pautada na tríade alfabetização, letramentos e ludicidade, buscando uma concordância com os princípios fundamentais da alfabetização, para um desenvolvimento completo do estudante no que se refere ao cognitivo, à dimensão afetiva, social e motora.

Como vimos no início do estudo em tela, **a alfabetização** recebeu contribuições da psicolinguística, fundamentada na importância do processo de aprendizagem pautado em práticas efetivas da leitura e da escrita. A concepção de como ensinar passa da lógica dos conteúdos para a lógica do processo de aprendizagem do estudante. Acompanhada da sociolinguística, o processo do ensino da língua deve respeitar as variadas formas de fala dos alunos, valorizando cada um para que se sinta acolhido no âmbito escolar. (SOARES, 2018).

Ao considerar essa variação linguística, os professores auxiliam os estudantes na compreensão das constantes mudanças e significados das palavras, complementando com uma variedade de formas de leitura (imagens, corpo, gráfico, música, poesia etc.). O propósito do **letramento científico** é tornar os conhecimentos científicos funcionais, o que remete à função social do conhecimento (DISTRITO FEDERAL, 2012). Com isso o letramento alcança as outras áreas como a Geografia, a História, a Matemática etc.

No processo de desenvolvimento da criança o brincar é um direito reconhecidamente natural e deve ser respeitado também na educação formal, pois, se constitui como uma das formas singulares de expressão, pensamento, interação e comunicação (DISTRITO FEDERAL, 2012). Prevista como eixo integrador do BIA e do Currículo em Movimento **a ludicidade**, quando valorizada pelo docente, auxilia na promoção de brincadeiras nas quais os estudantes se percebem com seres únicos e individuais mas, em intrínseca relação com o outro, na realidade ou na imaginação, tornando o trabalho pedagógico rico, pois, a construção do conhecimento se torna

prazerosa, com vivências significativas para cada criança e, cheia de percepção e ressignificação.

Por meio das brincadeiras é possível descobrir a relação entre os números e a vida cotidiana, fato essencial para a alfabetização matemática, uma vez que, de acordo com o Currículo em Movimento (DISTRITO FEDERAL, 2014a, p. 67) “A resolução de situações-problema, em especial as que fazem parte do contexto dos estudantes e de suas vidas, é a finalidade maior, e os conteúdos são meios, via construção permanente de conceitos e procedimentos, num contexto de partilha de produções em sala de aula”.

Na política educacional do DF, o trabalho com a Matemática na escola compreende a reflexão sobre as estruturas lógicas ou processos mentais que, não são exclusivos dos conceitos matemáticos, mas, são imprescindíveis para sua construção cognitiva. Os processos mentais previstos no currículo são: classificação, inclusão hierárquica, correspondência biunívoca, comparação, sequenciação, seriação e conservação de quantidade Movimento (DISTRITO FEDERAL, 2014a). O desenvolvimento dos processos mentais deve perpassar o trabalho com os conteúdos previstos para cada ano, de forma articulada, conforme ilustra a **Figura 3**:

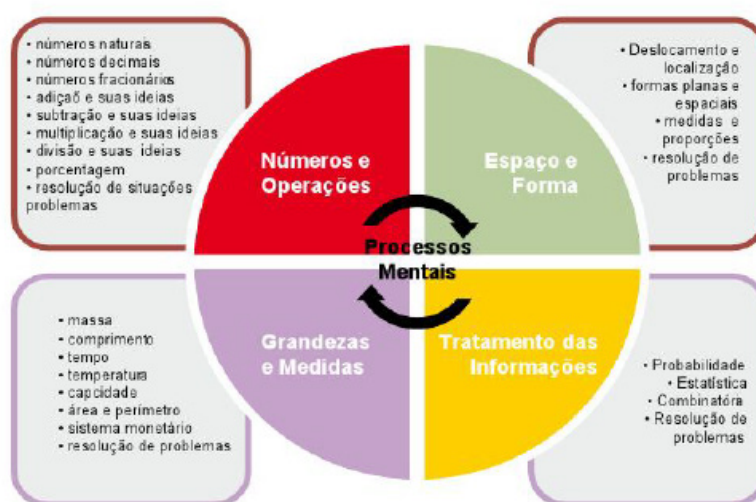


Figura 3 – Processos Mentais e Currículo em Movimento

Fonte: Distrito Federal (2014a, p. 69).

Existem outras estruturas lógicas ou processos mentais que ajudam a desenvolver o raciocínio lógico, contudo, no Currículo em Movimento foram considerados estes como indispensáveis para o processo de aprendizagem nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental.

5.2 Os princípios do trabalho pedagógico do BIA

Segundo as Diretrizes Pedagógicas do BIA (DISTRITO FEDERAL, 2012), o trabalho docente do bloco é pautado em cinco princípios teóricos-metodológicos,

a saber: Formação Continuada, Reagrupamento, Projeto Interventivo, Avaliação Formativa e o Ensino da Língua.

A Formação Continuada é a oportunidade pela qual o professor pode problematizar sua prática pedagógica, buscando um aprimoramento do seu ato educativo em sala de aula. Entendemos que a formação em serviço, deve vir acompanhada de uma reflexão crítica construtiva, buscando focar em uma educação emancipatória, sempre atualizando as práticas de ensino. A SEEDF oferta formação continuada aos profissionais do seu quadro por meio da Escola de Aperfeiçoamento dos Profissionais em Educação (EAPE), em oficinas e cursos, na sua maioria na sede da própria EAPE e, também nas Coordenações Regionais de Ensino (CRE).

O Reagrupamento é uma maneira de romper o trabalho individualizado nas salas de aula, fazendo com que os estudantes interajam entre si na construção das aprendizagens, tendo no outro, formas de compreender assuntos que talvez sozinhos não seriam bem compreendidos. Com o reagrupamento, o professor possibilita um atendimento mais focado nas necessidades particulares de cada aluno ou grupo, ajudando a avançar nas suas potencialidades, a interagir com o outro e com a sua aprendizagem, a questionar suas hipóteses e compartilhar seus saberes para que se transformem em conhecimento. (DISTRITO FEDERAL, 2012).

O reagrupamento é organizado em intraclasse e interclasse, O primeiro é realizado com estudantes da mesma turma, divididos em grupos de acordo com a proposta pedagógica do professor. O interclasse reúne os alunos de turmas diferentes, que estejam na mesma situação de aprendizagem, num trabalhando para o avanço do das dificuldades apresentadas.

O Projeto Interventivo (PI), é destinado a um grupo específico de estudantes que, após diversas alternativas metodológicas, ainda demonstram dificuldades em alcançar os objetivos propostos para o ano escolar em que se encontram. (DISTRITO FEDERAL, 2102).

A **Avaliação Formativa (AF)** permite que adequações metodológicas sejam feitas ao longo do processo de ensino-aprendizagem, de acordo com os resultados dos estudantes. Estes resultados não são considerados apenas como um produto final, mas, como demonstrativos de avanços ou não nas habilidades e objetivos propostos. Outro aspecto importante da AF é o emprego de alternativas de avaliação, além da tradicional prova. Esse caminhar da avaliação formativa deve conter: diagnóstico, registo, análise e intervenção.

A organização do BIA é acompanhada por uma nova forma de trabalho pedagógico. Nessa perspectiva, pressupõe uma gestão democrática do ensino em que a comunidade escolar, direção, profissionais da educação, especialistas, secretários, porteiros, enfim, todos os que atuam na unidade escolar, participam ativamente do seu cotidiano. (DISTRITO FEDERAL, 2012).

Por fim, destacamos o princípio do **Ensino da Língua**, onde há um respeito pela língua materna do aluno que chega ao âmbito escolar. A língua é um sistema de

interação verbal que se faz por meio de discursos orais e escritos. Isto significa que este sistema depende da interlocução - ação linguística entre sujeitos. (DISTRITO FEDERAL, 2012). Nesta concepção, os alunos vivenciam situações reais de uso da língua e tem sua historicidade respeitada.

As práticas de ações para o ensino da Língua no BIA compreendem: leitura, interpretação, produção de texto, análise linguística e sistematização do Sistema de Escrita Alfabética.

6 | CONCLUSÕES

O Bloco Inicial de Alfabetização foi implementado apresentando mudanças fundamentais nas concepções de ensino, aprendizagem e avaliação. Entendido como uma etapa importante do processo de educação formal, os bons resultados não podem ser almejados centrando as responsabilidades apenas no professor, pois, todo o processo, nos três Anos Iniciais do Ensino Fundamental, conta com a participação ativa de toda a equipe pedagógica.

Entretanto, cabe assinalar que, durante a análise das Diretrizes Pedagógicas do BIA, encontramos ainda uma ótica que imputa aos docentes o papel de protagonista, como se dependesse apenas deles a melhoria da qualidade da educação.

Como já explicitamos, a responsabilidade não pode recair sobre professor a ponto de chamá-lo de protagonista. Pelo contrário, a relação estabelecida entres os sujeitos numa organização escolar em ciclos é colaborativa, entre os docentes e seus pares e, entre os docentes e os alunos.

Contudo, alguns pesquisadores como FRANCO (2017), relatam que os fundamentos presentes no documento do BIA não chegaram ao êxito. Em entrevistas com professores, a autora colheu relatos de que algumas escolas ainda mantêm sua organização sob forte influência da seriação, na qual o estudante é apenas um receptor do conhecimento e o corpo docente se vê com pouco apoio, num trabalho solitário e sem possibilidade de reflexão do seu fazer pedagógico.

Por isso, faz-se urgente ressignificar a práticas escolares na perspectiva da aprendizagem significativa, trazidas pelo próprio documento norteador do BIA (DISTRITO FEDERAL, 2012) e, por outros documentos da política curricular da SEEDF como o Currículo em Movimento (DISTRITO FEDERAL, 2014a, 2014b) e as Diretrizes Pedagógicas para Organização Escolar do 2º Ciclo (DISTRITO FEDERAL, 2014c).

Assim, a escolas públicas do DF estarão resgatando o seu papel social, proporcionando um processo de alfabetização que problematiza situações cotidianas reais, dando voz aos alunos, respeitando sua variação linguística e sua historicidade, com vistas ao desenvolvimento da sua autonomia.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, E. B. C. In: BRASIL. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. **Pacto Nacional pela Educação na Idade Certa – Currículo na Alfabetização: concepções e princípios**. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. Brasília: MEC, SEB, 2012.

BRASIL. Senado Federal. LDB. Lei 11.274/06 – **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. 2017. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/529732/lei_de_diretrizes_e_bases_1ed.pdf>. Acesso em: 18 mai. 2018.

_____. MEC. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**. Educação é a Base. 2017. Disponível em: <<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/wp-content/uploads/2018/02/bncc-20dez-site.pdf>> Acesso em: 01 jun. 2018.

CARVALHO, C. C.; SANTANA, A. P. S. de; BRITO, A. E. **Memórias de professoras alfabetizadoras sobre a prática pedagógica: narrativas... Evocações**. In: IV FIPED – Fórum Internacional de Pedagogia. 2012, Parnaíba. Anais... Campina Grande: Realize Editora, 2012. Disponível em: <<http://www.editorarealize.com.br/revistas/fiped/trabalhos/7876acb66640bad41f1e1371ef30c180.pdf>>. Acesso em: 18 mai. 2018.

DEMO, P. **Metodologia científica: em ciências sociais**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1995.

DISTRITO FEDERAL. Secretaria de Estado de Educação do DF. **Diretrizes Pedagógicas do Bloco Inicial de Alfabetização**: BIA. 2. ed. revis. Brasília, 2012.

_____. Secretaria de Estado de Educação do DF. **Currículo em Movimento da Educação Básica: Ensino Fundamental Anos Iniciais**. Brasília, 2014a.

_____. Secretaria de Estado de Educação do DF. **Currículo em Movimento da Educação Básica: Pressuposto Teóricos**. Brasília, 2014b.

_____. Secretaria de Estado de Educação do DF. **Diretrizes Pedagógicas para Organização Escolar do 2º Ciclo**. Brasília, 2014c.

FERREIRO, E. TEBEROSKY, A. **Psicogênese da Língua Escrita**. Edição comemorativa dos 20 anos de publicação. Porto Alegre: Artmed, 1999.

FRANCO, M. V. A. **Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa: os discursos dos professores sobre a efetividade da formação continuada na prática pedagógica**. Brasília, 2017. 154 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade de Brasília, 2017.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

MORAIS, A. G; LEITE, T. M. S. B. R. In: BRASIL. Secretaria de educação Básica. Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. **Pacto nacional pela Educação na Idade Certa – Aprendizagem do Sistema de Escrita Alfabética**. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. Brasília: MEC, SEB, 2012.

SOARES, M. **Letramento: um tema em três gêneros**. Belo Horizonte: Autêntica, 1998.

_____. **Alfabetização: a questão dos métodos**. São Paulo: Contexto, 2018.

SOBRE A ORGANIZADORA

Gabriella Rossetti Ferreira

- Doutoranda do Programa de Pós Graduação em Educação Escolar da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, UNESP, Araraquara, Brasil.
- Mestra em Educação Sexual pela Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, UNESP, Araraquara, Brasil.
- Realizou parte da pesquisa do mestrado no Instituto de Educação da Universidade de Lisboa (IEUL).
- Especialista em Psicopedagogia pela UNIGRAN – Centro Universitário da Grande Dourados - Polo Ribeirão Preto.
- Graduada em Pedagogia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, UNESP, Araraquara, Brasil. Agência de Fomento: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq.
- Atua e desenvolve pesquisa acadêmica na área de Educação, Sexualidade, Formação de professores, Tecnologias na Educação, Psicopedagogia, Psicologia do desenvolvimento sócio afetivo e implicações na aprendizagem.

Endereço para acessar este CV: <http://lattes.cnpq.br/0921188314911244>

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-303-3

